sprc.27050.12

Há alternativa! Rejeitamos o empobrecimento!

O Governo cortou na Educação e nos Professores:

- Salários dos professores foram reduzidos em mais de 30%, em dois anos (2011 e 2012);
- Desemprego dos docentes, em 2 anos, aumentou mais de 50%;
- Milhares de Professores têm "horário-zero";
- Horários de trabalho foram agravados;
- Educação, em dois anos, perdeu 2.300 Milhões de euros e passou de 5,7% para 3,9% do PIB;
- Os orçamentos das Universidades e Politécnicos foram drasticamente reduzidos.

E o resultado é este:

- Taxa recorde de desemprego no país;
- Dívida pública atinge máximo histórico;
- Défice não baixa dos 6,8%;
- Dinheiro dos nossos subsídios foi para tapar buracos das derrapagens na receita fiscal e não para reduzir a dívida e o défice;
- Degradação dos serviços públicos, menos Escola;
- Aumento do abandono escolar, nomeadamente no ensino superior.

Apesar do agravamento da crise, o Governo insiste sempre na mesma receita (o que já anunciou):

- Aumento de 35% dos impostos sobre os rendimentos do trabalho;
- Aumento geral dos impostos, IMI e outros;
- Manutenção do roubo dos subsídios, um diretamente e outro através do IRS, com efeito agravado;
- Cortes de subsídio nos dias de doença comprovada;
- Ainda maior redução do valor das horas extraordinárias;
- Despedimento de mais uns milhares de professores;
- Agravamento das condições de aposentação;
- Novo corte no Orçamento da Educação na ordem dos 700 milhões de euros.

Há alternativa!

Comprovadamente, este não é o caminho.
A CGTP apresentou várias propostas concretas:

- Criação de taxa de 0,25% sobre as transações financeiras = 2.038,9 milhões;
- Introdução da progressividade no IRC, com taxa de 33,3% para empresas com um volume de negócios superior a 12,5 milhões de euros = 1.099 milhões;
- Sobretaxa de 10% sobre dividendos distribuídos aos acionistas = 1.665,7 milhões;
- Medidas concretas de combate à fraude e à evasão fiscais = 1.162 milhões.

UMA RECEITA ADICIONAL DE 5.965,6 MILHÕES
Quase 6.000 Milhões de euros

Mas a CGTP exige, também, a renegociação da dívida: nos prazos, nos juros, no valor, retirando-lhe o montante ilegítimo.

Há muito mais que, ainda, pode ser feito para que não se imponham mais sacrifícios aos trabalhadores. A CGTP defende, também:

- Revisão do Regulamento do Banco Central Europeu. Financiamento directo dos Estados com juros a 0,75% (Portugal pouparia 4,5 mil milhões de euros);
- Fim de benefícios fiscais injustificáveis (em 2010 ficaram por cobrar 9 mil milhões de euros);
- Aplicação de uma taxa de 25% em sede de IRC sobre o sector financeiro (permitirá uma poupança de 689 milhões de euros em 2013);
- Fim das Parcerias Público-Privadas.

31 Out. MANIF

VOTAÇÃO DO O.E. 2013, NA GENERALIDADE

15h00 – Manifestação Nacional da Administração Pública
17h00 – Concentração junto à Assembleia da República

consulta **www.cgtp.pt | www.fenprof.pt**

FENPROF
CGTP Intersindical Nacional